

PUBLICADO DOM 30/10/2001

PARECER Nº 1224/2001 DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 348/99

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Wadih Mutran, visa instituir novos requisitos para a concessão de Alvará de Licença e Funcionamento aos laboratórios de análise clínica localizados no Município de São Paulo, além dos já exigidos pela legislação em vigor.

Determina que o material (sangue) para a realização de teste de HIV seja colhido e analisado em um único tubo de ensaio, sem qualquer contato manual. Outro requisito exige que os laboratórios de análise clínica tenham equipamentos auto-esterilizáveis, sem nenhum contato manual.

O infrator estará sujeito a uma multa de 1.500 UFIRs (Unidades Fiscais de Referência), a ser dobrada em caso de reincidência.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor, porquanto as despesas para sua execução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias. Contudo, em razão da extinção da UFIR, sugerimos o seguinte substitutivo, com a multa em reais:

SUBSTITUTIVO Nº AO PROJETO DE LEI Nº 348/99

Institui requisitos para a concessão de Alvará de Licença e Funcionamento aos laboratórios de análise clínica localizados no Município de São Paulo, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º - O Alvará de Licença e Funcionamento dos laboratórios de análise clínica localizados no Município de São Paulo só será concedido mediante a comprovação documental do cumprimento dos requisitos abaixo relacionados, além dos requisitos já exigidos pela legislação em vigor:

I - O material (sangue) para realização do teste de HIV deverá obrigatoriamente ser colhido e analisado em um único tubo de ensaio, sem qualquer contato manual.

II - Os laboratórios de análise clínica deverão possuir equipamentos auto-esterilizáveis, sem nenhum contato manual.

Art. 2º - Os estabelecimentos mencionados nesta lei, que se encontram em vias de solicitação de Alvará de Licença e Funcionamento deverão preencher as normas acima declinadas no prazo de 30 (trinta) dias a partir do protocolo que solicita a emissão do respectivo alvará.

Art. 3º - Os estabelecimentos deste ramo de atividade já existentes deverão apresentar os documentos mencionados no artigo 1º a partir de 120 (cento e vinte) dias contados da data da publicação desta lei.

Art. 4º - O não cumprimento dos dispositivos desta lei implicará ao infrator a imposição de multa no valor de R\$ 1.691,00 (mil, seiscentos e noventa e um reais), sendo que em caso de reincidência o valor da multa duplicará.

Parágrafo único - O valor da multa de que trata este artigo será atualizado, anualmente, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção desse índice, será adotado outro índice criado por legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em 09/10/01.

Wadih Mutran - Presidente

Viviani Ferraz - Relator

Ricardo Montoro
Augusto Campos
Bispo Atílio Francisco
Adriano Diogo